



Estudos de Psicologia

ISSN: 1413-294X

revpsi@cchla.ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Brasil

Tourinho Zagury, Emmanuel; Neto Bentes de Carvalho, Marcus; Neno, Simone

A Psicologia como campo de conhecimento e como profissão de ajuda

Estudos de Psicologia, vol. 9, núm. 1, jan.-abr., 2004, pp. 17-24

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Natal, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26190103>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Psicologia como campo de conhecimento e como profissão de ajuda¹

Emmanuel Zagury Tourinho

Marcus Bentes de Carvalho Neto

Simone Neno

Universidade Federal do Pará

Resumo

O presente artigo discute um modelo de interpretação da Psicologia, de acordo com o qual conteúdos filosóficos/reflexivos, empíricos e aplicados imprimem uma configuração original à disciplina. Alguns aspectos históricos que estão na base dessa configuração são considerados, a fim de lançar luz sobre a heterogeneidade de objetos, métodos, objetivos e vínculos filosóficos das diferentes abordagens psicológicas. Em seguida, discutem-se algumas implicações do modelo para uma apreciação de certos fazeres (acadêmicos e não acadêmicos) psicológicos contemporâneos. Argumenta-se que o sucesso de cada abordagem psicológica depende, em alguma medida, do reconhecimento do caráter multifacetado do campo da Psicologia e da capacidade de responder de modo consistente e integrado às diferentes demandas sociais que definem esse campo.

Palavras-chave: ciência psicológica; sistemas psicológicos; aplicações da Psicologia

Abstract

Psychology as a field of knowledge and a helping profession. The present article focuses an interpretation of psychology according to which philosophical/reflexive, empirical, and applied contents account for an original configuration of the discipline. The paper considers some historical facts that ground such configuration, which should be considered in order to achieve a better understanding of the heterogeneity of objects, methods, goals and philosophical commitments of the diverse psychological approaches. Some implications of the model to an appreciation of (academic and non academic) doings in contemporary psychology are then discussed. It is argued that the success of each psychological approach depends, to a certain extent, on its recognition of the multifold character of the psychological field and its capacity to give consistent and integrated responses to the different social demands that give rise to the field.

Key words: psychological science; psychological systems; applications of psychology

Este artigo aborda a Psicologia como *campo de conhecimento* e como *profissão de ajuda*. Ele parte de um modelo de interpretação, apresentado por Tourinho (1999, 2001) ao discutir a análise do comportamento, acrescentando algumas considerações históricas e discutindo implicações para uma apreciação dos fazeres psicológicos contemporâneos. As questões abordadas são pertinentes a um debate amplo sobre a disciplina e não apenas a uma abordagem teórica com a qual cada um tenha optado por trabalhar. Ao mesmo tempo, são questões que possibilitam discutir o alcance de cada projeto de Psicologia, do ponto de vista do atendimento das demandas culturais que constituem a base para a sua existência e regulam, de diferentes modos, seu desenvolvimento como área de conhecimento e como profissão de ajuda. O trabalho leva em conta principalmente a pro-

dução literária em Psicologia, portanto, a referência às práticas que definem a Psicologia como profissão de ajuda estará baseada principalmente no que os psicólogos veiculam como um saber sistematizado sobre o processo de intervenção psicológica voltada para a solução de problemas humanos.

O(s) objeto(s) da Psicologia

Como ponto de partida, esclarecemos o que consideramos ser a problemática em torno da qual se organizam as demandas culturais que possibilitaram a constituição da Psicologia como disciplina independente. São notórias a diversidade e abrangência dos problemas que no mundo moderno demandam respostas de uma disciplina psicológica. De outro lado, é usual considerar-se insuficiente ou discutível o alcan-

ce das definições de Psicologia ensaiadas em contextos intelectuais particulares, daí não ser rigorosamente possível falar do objeto da Psicologia, mas apenas dos objetos da Psicologia. Ainda assim, na literatura mais histórica, a *subjetividade*, ou a “experiência subjetiva privatizada” tem sido referida (e.g., Figueiredo, 1991) como o objeto original da Psicologia e expressão das demandas que justificam a existência da disciplina. Sob esse conceito de experiência subjetiva, geralmente consideramos sentimentos, pensamentos, crenças, fantasias, etc. Mas aquela mesma análise histórica nos diz que a problemática reservada à Psicologia não é um conjunto de fenômenos humanos naturais. Mais especificamente, a experiência subjetiva do homem moderno deveria ser abordada como um tipo de experiência instituída sob condições histórico-culturais particulares, no âmbito de relações interpessoais que promovem, de modos originais, a vigilância do próprio corpo, o autocontrole, e a reduzida capacidade de percepção dos laços de interdependência entre os indivíduos, ou da dimensão relacional de seus modos de experimentar ou lidar com o mundo (cf. Tourinho, 2002). Portanto, quando falamos de pensamentos e sentimentos tal como são experimentados na cultura ocidental moderna (esta, na qual a Psicologia floresceu) não estamos falando de uma experiência natural ou universal. Para a configuração dessa experiência foi essencial o advento de práticas e discursos individualistas no que diz respeito às realizações afetivas, cognitivas, econômicas e espirituais. Sob essas condições é que se instituiu uma auto-imagem *internalizada* e de *autonomia* do homem moderno (Tourinho, 1993). A Psicologia científica tem levantado sérias objeções a essa auto-imagem, em um movimento às vezes considerado de negação da própria disciplina. Mas compreender a inadequação dessa auto-imagem requer uma apreciação mais ampla de sua base histórico-social. Em uma de suas apreciações da concepção moderna do homem, Elias (1987/1994) sugere uma chave para tal discussão afirmando que a modificação nos estilos de vida social impôs uma crescente restrição aos sentimentos, uma necessidade maior de observar e pensar antes de agir, tanto com respeito aos objetos físicos quanto em relação aos seres humanos. Isso deu mais valor e ênfase à consciência de si mesmo como um indivíduo desligado de todas as outras pessoas e coisas. O desprendimento no ato de observar os outros e se observar consolidou-se numa atitude permanente e, assim cristalizado, gerou no observador uma idéia de si como um ser desprendido, desligado, que existia independentemente de todos os demás. Esse ato de desprendimento ao observar e pensar condensou-se na idéia de um desprendimento universal do indivíduo; e a função da experiência, do pensar e observar, passível de ser percebida de um nível superior de autoconsciência como uma função da *totalidade* do ser humano, apresentou-se pela primeira vez, sob a forma reificada, como um componente do ser humano semelhante ao coração, ao estômago ou ao cérebro, uma espécie de substância insubstancial no ser humano, enquanto o ato de pensar se condensou na idéia de uma “inteligência”, uma “razão” ou, no linguajar antiquado, um “espírito” (p. 91).

A conformação histórica da auto-imagem do homem moderno ilustra um conjunto de problemas que se colocarão à Psicologia para circunscrever com precisão seu objeto, ou os limites de um saber que dê conta da problemática que está na sua origem como disciplina independente.

A definição do campo da Psicologia: notas históricas

A discussão sobre o processo de constituição do campo de conhecimento psicológico visa prover uma melhor compreensão dos desenvolvimentos contemporâneos da Psicologia e uma apreciação mais crítica da (im)possibilidade de superação de alguns de seus problemas históricos. Na direção desse tipo de compreensão, pode ser também produtivo refletir sobre a configuração (histórica e contemporânea) do campo psicológico considerando os saberes que o compõem e o definem. Para introduzir essa discussão, iniciamos com algumas observações históricas sobre a definição dos limites da ciência psicológica.

Em seu *Curso de Filosofia Positiva*, publicado em seis volumes, de 1830 a 1842, o filósofo Auguste Comte (1830-1842/1978) questionava a possibilidade ou pertinência de uma ciência psicológica, a partir de dois problemas. Em primeiro lugar, argumentava que faltava à disciplina uma viabilidade metodológica, posto que a introspecção como método era logicamente inconsistente; em segundo lugar, indagava sobre o espaço para um saber sobre o homem que fosse diferente da abordagem dos fatos biológicos e sociais. Sua referência básica era a investigação do funcionamento da mente humana, especialmente dos processos de *representação da realidade*, ou as *funções intelectuais*, que constituíam um problema de interesse central para a reflexão de ordem epistemológica, no interior da qual a problematização do mundo subjetivo assumiu sua primeira conformação conceitual. Com respeito à introspecção, diz ele que “é perceptível que, por uma necessidade invencível, o espírito humano pode observar diretamente todos os fenômenos, exceto os seus próprios. Pois quem faria a observação?” (Comte, 1830-1842/1978, p. 13). A possibilidade de uma auto-observação é rejeitada de pronto: se o sujeito observa a si mesmo, como garantir que o que está sendo observado é um acontecimento particular qualquer e não o próprio ato de observar a si mesmo? O argumento é exposto do seguinte modo:

Constitui o melhor meio de conhecer as paixões sempre observá-las de fora. Por quanto todo estado de paixão muito pronunciado, a saber, precisamente aquele que será mais essencial examinar, necessariamente é incompatível com o estado de observação. No entanto, quanto a observar da mesma maneira os fenômenos intelectuais durante o seu exercício, há uma impossibilidade manifesta. O indivíduo pensante não poderia dividir-se em dois, um raciocinando enquanto o outro o visse raciocinar. O órgão observado e o órgão observador sendo, neste caso, idênticos, como poderia ter lugar a observação? (Comte, 1830-1842/1978, p. 14).

Comte (1830-1842/1978) conclui “Esse pretenso método psicológico é, pois, radicalmente nulo em seu princípio”

(p. 14). Ainda que possamos não partilhar dos compromissos positivistas de Comte, sua crítica ao uso da introspecção era justificada. As limitações da introspecção como método foram longamente debatidas na Psicologia dos séculos XIX e XX e a idéia de que Comte tinha alguma razão alcança razoável assentimento na atualidade. O abandono da introspecção pelas principais versões contemporâneas de mentalismo, especialmente as inseridas no grande leque conceitual chamado de “cognitivismo”, é evidência da dificuldade para instituir uma Psicologia científica, mesmo mentalista, baseada naquele método. Ainda assim, a previsão de Comte (sobre a viabilidade da Psicologia) não se confirmou; a Psicologia pôde florescer a despeito de dificuldades para se estabelecer como ciência. Vejamos, agora, sua segunda restrição. Comte alega que as *funções intelectuais* só poderiam ser objeto de duas ciências: uma fisiologia do conhecimento e uma sociologia do conhecimento. Sua tese é explicada nos seguintes termos:

todo ser ativo, especialmente todo ser vivo, pode ser estudado, em todos os seus fenômenos, de duas ópticas fundamentais, a estática e a dinâmica, isto é, como apto a agir e como agindo efetivamente.

Se considerarmos [as funções intelectuais] sob o ponto de vista estático, seu estudo só pode consistir na determinação das condições orgânicas de que dependem. Forma, assim, parte essencial da anatomia e da fisiologia. Considerando sob o ponto de vista dinâmico, tudo se reduz a estudar a marcha efetiva do espírito humano em exercício, graças ao exame dos processos realmente empregados para obter os diversos conhecimentos exatos que já adquiriu, o que constitui essencialmente o objeto geral da filosofia positiva.

Percebe-se que de nenhuma perspectiva há lugar para essa Psicologia ilusória, última transformação da teologia, que se tenta em vão reanimar hoje e que, sem perturbar nem o estudo fisiológico de nossos órgãos intelectuais, nem a observação dos processos racionais que dirigem efetivamente nossas diversas pesquisas científicas, pretende chegar à descoberta das leis fundamentais do espírito humano, contemplando-o ele próprio, a saber, fazendo completa abstração das causas e dos efeitos (Comte, 1830-1842/1978, p. 13).

Dois aspectos das críticas de Comte merecem especial atenção. Primeiro, foi restritiva - e equivocada - a suposição de que apenas sob soluções metodológicas bem fundamentadas e definitivas a Psicologia se instituiria como campo de conhecimento. Não só a Psicologia se tornou uma área de conhecimento antes que as exigências metodológicas típicas das ciências naturais fossem cumpridas, como também, mesmo com o advento de projetos de Psicologia baseados nos métodos das ciências naturais, a disciplina não se resumiu ao que vem sendo produzido por esse meio. Segundo, a noção de que as funções intelectuais precisam ser compreendidas enquanto fatos sociais antecipa uma dificuldade em circunscrever ao domínio das ocorrências subjetivas a investigação de problemas reservados à disciplina psicológica. Esse será um motivo a mais para que a Psicologia não venha a ser um

exemplo autêntico de disciplina que se integra ao corpo das ciências pela “unidade do método”^{2,3}.

Uma outra crítica à limitação da Psicologia ao estudo dos fatos subjetivos pode ser identificada no projeto de Wundt (1832-1920) para a Psicologia. Este projeto, sempre referido como aquele que representou a maioridade da disciplina, tornando-a científica e independente da filosofia, era originalmente um projeto de via dupla. Em uma obra de apresentação da Psicologia a um público genérico (Wundt, 1911/1973), publicada já no século XX, em 1911, Wundt nos fala de uma Psicologia que busca edificar-se enquanto ciência experimental de processos subjetivos individuais, mas também uma ciência que se ocupa do homem como *condição* para o conhecimento e assim dissolve fronteiras com as ciências histórico-culturais (história, antropologia, filologia). Diz Wundt (1911/1973):

a Psicologia deve não apenas empenhar-se para tornar-se uma base útil para as demais ciências da mente, mas deve também voltar-se seguidamente para as ciências históricas, a fim de compreender os processos mentais altamente desenvolvidos. A Psicologia racial é a prova maior disso. É uma das mais jovens ciências da mente e depende absolutamente dessas relações entre a Psicologia e as ciências históricas. Ela é a primeira transição da Psicologia para as outras ciências da mente (pp. 194-195).

Se a Psicologia precisa servir-se das ciências históricas e, nesse processo, assumir variações que a tornam alguma coisa intermediária, suas fronteiras não são precisas, nem definitivas. Também não o podem ser seus programas de pesquisa e seus métodos. Algumas consequências desse projeto de Wundt são assinaladas por Figueiredo (1986) do seguinte modo:

Wundt introduz-nos a duas Psicologias: uma Psicologia “individual”, a que se aplica a metodologia experimental, e uma Psicologia étnica, assentada em material filológico e antropológico e, portanto, a que se aplicam os procedimentos das ciências histórico-culturais. Esta duplidade interna à Psicologia, na verdade, reproduz a duplidade epistemológica que separa as ciências da natureza, de um lado, da Psicologia e demais ciências da mente, do outro. São graves as implicações destes dois níveis de duplidade. Separando o ponto de vista das ciências físicas do ponto de vista da Psicologia, Wundt, se rende tributo aos dois componentes da unidade psicofísica dos sujeitos, faz desta unidade mesmo algo inconcebível, o que estilhaça necessariamente a consistência interna de qualquer ciência do sujeito. O segundo nível de duplidade, portanto, é uma decorrência inevitável do primeiro, mas tem suas próprias consequências: à Psicologia acaba sendo atribuída uma posição intermediária entre as ciências da natureza e as ciências do espírito... Mais que intermediária, esta posição é ambígua: é ela que possibilita a Wundt reivindicar para a Psicologia, simultaneamente, o caráter de ciência empírica, e a função de ciência transcendental (p. 46).

Thomae (1998) também assinala um *dualismo metodológico* no projeto de Wundt. Segundo ele, “Wundt

acreditava que o método experimental restringia-se em sua aplicação aos processos mentais ‘simples’, enquanto os processos mentais complexos, como o pensamento e a motivação, podiam ser estudados apenas pelo uso de material coletado na área da antropologia cultural” (p. 381). De acordo com Thomae, portanto, a proposição da Psicologia como ciência experimental é restritiva à luz do projeto de Wundt: “as divergências entre o dualismo metodológico de Wundt e o monismo experimental da maior parte dos psicólogos deste século aponta para uma limitada influência do ‘Wundt posterior’ sobre os cenários nacional e internacional” (p. 382).

Enquanto o projeto de Wundt ilustra, em alguma medida, problemas antecipados por Comte, ele mesmo será uma amostra do que se seguirá no campo psicológico, não porque a Psicologia resista em amadurecer e se edificar como ciência integrada e independente, mas porque as demandas culturais que justificam sua existência requerem uma produção difusa e variada. Essas demandas, de um lado, têm a forma de um interesse pela identificação de regularidades nos fenômenos psicológicos, pela apreensão de uma ordem subjacente ao que parece caótico, de modo a prover uma instrumentalização operativa, como alcançaram as ciências naturais com respeito a seus objetos. Isso sem deixar de tomar o homem como um ser sobre o qual é necessário e justificado refletir, abordando-o enquanto condição transcendental para o conhecimento. Também precisa a Psicologia desenvolver-se como técnica, em condições de prover soluções para os problemas humanos construídos no âmbito de relações interpessoais cada vez mais formais, representacionais e burocráticas, não mais caracterizadas por laços sociais de solidariedade.

Ainda que no final do século XIX a Psicologia assuma, ela própria, a condição de disciplina científica, convém observar que o fazer-se ciência não representou o cumprimento de um estágio de desenvolvimento que permitiu definir a Psicologia, a partir de então, como um saber estritamente científico. Como outros campos de conhecimento, mas de modo mais acentuado devido ao objeto que define seu campo, o conhecimento psicológico continua nutrido de uma produção tipicamente reflexiva. Isto é, a Psicologia *não deixou* de ser um campo reflexivo sobre o homem, seus problemas e as possibilidades de realizar-se em diferentes domínios da vida (cognitivo, espiritual, etc.) para edificar-se como um fazer científico. Ela passou a ser *também* uma ciência.

Temos sugerido até aqui que a Psicologia pode ser vista como um campo de conhecimento no interior do qual articulam-se conteúdos reflexivos, empíricos e aplicados. Convém olharmos para esse campo como um triângulo cujos vértices são representados por aqueles conteúdos. Uma interpretação que guarda semelhança com essa foi recentemente apresentada por Machado, Lourenço e Silva (2000). Para esses autores qualquer ciência, e a Psicologia em particular, demanda “pelo menos três tipos de investigação - factual, teórica e conceitual” (p. 1). Acrescentam que “esses três tipos de investigação estão inter-relacionados de modo próximo e para enfatizar esse ponto podemos vê-los como vértices de um triângulo equilátero” (p. 14). Como se vê, o *triângulo*

epistemológico referido por Machado et al. (2000) não se ocupa de especificidades da Psicologia na definição de sua conformação. Mas os autores identificam, sim, algo próprio da Psicologia no que concerne à produção nos três domínios. Para Machado et al. (2000), há, na Psicologia, significativa produção empírica, mas muito pouca produção teórica e conceitual, o que tem representado um desequilíbrio para a área:

uma variedade de problemas bem conhecidos na Psicologia refletem um padrão de desenvolvimento não saudável devido à ênfase desproporcional em investigações factuais, às custas de investigações teóricas e conceituais, particularmente as últimas. Em outras palavras, o triângulo epistêmico da Psicologia parece ter perdido sua harmonia porque tem sido excessivamente estendido na direção de fatos...

Se o nosso diagnóstico estiver correto, então a harmonia do triângulo precisa ser restaurada antes que os problemas possam ser resolvidos (p. 2).

O desequilíbrio na produção psicológica, voltada demasiadamente para a identificação de evidências empíricas que dariam suporte a sistemas explicativos, que na verdade encontram-se insuficientemente desenvolvidos, fica ilustrado, segundo Machado et al. (2000), em fatos como: “o número excessivo de publicações empíricas, a assimetria entre sofisticação técnica e pobreza teórica, a fragmentação do campo e a especialização artificial de seus membros, e a freqüência de distorções ou caracterizações erradas do trabalho de outros pesquisadores” (p. 34).

A interpretação de Machado et al. (2000) tem pontos em comum com a interpretação apresentada por Tourinho (1999, 2001): primeiro, a idéia de que o campo de conhecimento das ciências em geral e da Psicologia em particular comporta conteúdos diversos; segundo, que é produtivo abordar a articulação desses conteúdos com a imagem de um *triângulo epistêmico*, na medida em que essa representação sugere a continuidade dos conteúdos pelas linhas que ligam os vértices do triângulo/áreas de produção; terceiro, que uma produção sistemática e articulada nas diferentes áreas é requerida para um desenvolvimento da disciplina psicológica. Diferente de Machado et al. (2000), porém, Tourinho (1999, 2001) coloca em um mesmo vértice as produções teóricas e conceituais e introduz como terceiro vértice as aplicações da Psicologia na solução de problemas humanos (um tipo de conteúdo que não parece requerido, nos mesmos termos, para o desenvolvimento de outros campos de conhecimento). Os detalhes da análise de Machado et al. (2000) não serão aqui reconstituídos em razão dos objetivos deste artigo, mas merece ser comentado que o dado sobre a predominância de uma produção empírica na Psicologia é sugestivo de vários aspectos de nossa atividade dirigida à construção de conhecimento. Por exemplo, ela sinaliza uma dificuldade em promover a integração conceitual de investigações empíricas que se dissolvem em uma diversidade de problemáticas e enfoques; também é possível que a lacuna de produções conceituais exista apenas do ponto de vista do que é acadê-

micamente validado (e, assim, publicado nos periódicos de Psicologia)⁴, devendo-se considerar sistemas explicativos que se pretendem psicológicos, mas que circulam na cultura à margem das exigências de científicidade (pensamos, aqui, nas chamadas “Psicologias alternativas”). É claro que podemos dizer que explicações desse tipo não constituem propriamente o corpo de conhecimento da Psicologia, mas sua existência não deixa de ter relação em alguma medida (ainda que não decorra exclusivamente disso) com a lacuna de produções conceituais abrangentes e consistentes.

A definição do campo da Psicologia: um modelo interpretativo

O modelo que estamos discutindo para a interpretação da Psicologia como campo de saber e suas relações com demandas culturais é resumido por Tourinho (2001) nos seguintes termos:

o campo de saber da Psicologia já nasce multifacetado, não simplesmente porque é habitado por discursos conflitantes, mas no sentido de que seus conteúdos têm uma conformação variada, respondendo a demandas sociais em várias direções. A Psicologia edifica-se como um campo de saber que envolve, simultaneamente: a) um esforço reflexivo sobre a natureza humana, seus problemas e suas possibilidades de realização em diferentes domínios da vida (social, material, intelectual, religioso, etc.); b) uma investigação cientificamente orientada para a descoberta de regularidades dos fenômenos psicológicos (um modo de tentar apreender as novas experiências sob a forma de enunciados que incorporam os requisitos empíricoracionais da emergente ciência); c) uma profissão de ajuda, voltada para a solução de problemas humanos. Ou seja, o campo psicológico constitui-se historicamente como filosofia, como ciência e como profissão. Pensar a Psicologia desse modo ajuda na tarefa de compreender seus desenvolvimentos em muitas direções e o conflito entre discursos que são concorrentes, mas nem sempre comparáveis (pp. 18-19).

Olhar para a Psicologia como um conjunto de produções que se articulam como em vértices de um triângulo, quer dizer mais do que simplesmente que a produção psicológica abrange as três áreas (conceitual, empírica e aplicada) e que há pontos intermediários nas linhas que ligam as três áreas. Pretendemos sugerir que as produções psicológicas estão mais propriamente situadas na área interna desse triângulo, em diferentes pontos, às vezes mais aproximadas de um ou outro vértice, mas sempre vinculadas a sistemas conceituais ou reflexivos sobre o homem, a evidências empíricas (experimentais, clínicas, ou de outra ordem) e à perspectiva de solução de problemas, sempre reguladas por conteúdos que guardam relação com cada vértice.

Essa nova imagem também nos sugere que há muitas possibilidades de um saber psicológico. No contexto de uma mesma abordagem, pode-se falar de diferentes pontos na área interna do triângulo. A rigor, indagar se um estudo é de um ou outro tipo é um equívoco; pretender encaixá-lo em um dos

vértices, ou em um ponto intermediário específico entre dois vértices, é uma forma de ignorar sua originalidade e uma tentativa de forçar uma conformação a lugares já bem estabelecidos. Melhor pensar que a pluralidade de possibilidades representada por essas diferentes articulações torna ainda mais desafiadora e interessante a dedicação à produção de conhecimento nesta disciplina.

A interpretação apresentada possibilita algumas caracterizações para: a) as Psicologias academicamente reconhecidas; b) as Psicologias alternativas; c) os fazeres psicológicos baseados nas Psicologias academicamente reconhecidas; e d) o desenvolvimento da pesquisa científica na área.

a) as *Psicologias academicamente reconhecidas*.

Ainda que a conformação do campo e do(s) objeto(s) da Psicologia possibilite a emergência de discursos muito diversos, não se pode dizer que todos têm alcançado um mesmo status ou reconhecimento social. É evidente que apenas algumas “Psicologias” são tidas como consistentes, ou bem fundamentadas, pelo menos por aqueles que têm acesso a informação qualificada sobre a validação acadêmica dos saberes psicológicos. De acordo com a presente análise, essas Psicologias são as que de modo mais eficiente, ou com algum equilíbrio, atendem as três áreas do campo psicológico; isto é, são aquelas que em alguma medida (a) produzem ou se apropriam de reflexões ou elaborações conceituais abrangentes e amplamente assentidas sobre o homem moderno, seus problemas contemporâneos e suas possibilidades existenciais; (b) buscam a produção sistemática de um saber que atenda os requisitos de uma lógica empírico-racional, aderindo aos métodos da ciência moderna, ou desenvolvendo recursos metodológicos originais de validade correspondente e (c) cultivam um compromisso com a solução de problemas humanos e a isso articulam a produção nas outras áreas. Algumas vezes, essas Psicologias são referidas como *Psicologias científicas*, em razão de veicular um conteúdo derivado da investigação empírica sistemática, ausente em outros discursos que se pretendem psicológicos. Mas falar em *Psicologias academicamente reconhecidas* pode ser mais adequado, pois assim enfatizamos que o conteúdo *científico* dessas Psicologias é apenas parte do que as torna aceitáveis enquanto legítimas representantes do campo psicológico, uma parte que não é suficiente, como se observa em projetos de Psicologia científica que não equacionaram satisfatoriamente a demanda nas duas outras áreas e não se mostraram bem sucedidos. De outro lado, há Psicologias academicamente reconhecidas que dedicam menor investimento à investigação empírica, mas o articulam a um esforço conceitual e aplicado mais sistemático.

Discursos não reconhecidos academicamente como projetos consistentes de Psicologia são aqueles que se limitam a uma das três áreas. São, por exemplo, meras técnicas de ajuda, desvinculadas da pesquisa empírica e de qualquer sistema explicativo abrangente e consistente sobre o homem; ou programas de investigação empírica que acumulam dados sobre um problema específico, mas sem articulação com a

intervenção frente aos problemas humanos; ou, ainda, meras especulações filosóficas, desvinculadas dos problemas concretos a demandar soluções e inconsistentes com uma produção empírica bem estabelecida. Psicologias não reconhecidas podem também aparecer sob a forma de projetos que articulam conteúdos nos três campos, mas que não obedecem a um rigor intelectual, tornando obscuras as relações postuladas.

Observe-se que essa apreciação é válida apenas para falar de Psicologias que são admitidas ou reconhecidas no ambiente acadêmico. Na sociedade em geral, muitas vezes o atendimento parcial às demandas representadas pelas áreas que compõem o campo psicológico são suficientes para que um discurso seja acolhido e consumido como Psicologia. As Psicologias alternativas podem ser abordadas como exemplos disso.

b) as Psicologias alternativas.

Há vários modos de definirmos as chamadas Psicologias alternativas, ou práticas alternativas em Psicologia. Uma possibilidade é afirmar que:

O alternativo não se define... pela atividade prescrita em si, nem pelo fato de se constituir como uma experiência nova no campo da intervenção psicológica, mas pelo tipo de conhecimento veiculado e pelas concepções de homem e de mundo a ele subjacentes. Cabem, aqui, tanto a astrologia quanto o tarot, a quiromancia, e tantas outras práticas sustentadas por apelos esotéricos... As chamadas terapias corporais justificariam uma discussão à parte tanto quanto se remetem às condições de saúde/doença do organismo humano. Mas elas podem ser igualmente interpretadas como práticas alternativas na medida em que tratam aquelas condições como expressão de uma realidade humana transcorporal, e apelam, por exemplo, a temas como harmonia energética na explicação de problemas "psi" (Tourinho & Carvalho Neto, 1995, p. 85).

O consumo de serviços psicológicos do tipo *alternativo* poderia ser parcialmente explicado pela existência (e dimensão) de demandas culturais com vistas à solução de problemas humanos, tanto mais em um contexto no qual a oferta nesse domínio é restrita. Isto é, o impacto de tais "Psicologias" na sociedade permanece porque há uma demanda por parte da população que, ou não tem acesso aos serviços vinculados às Psicologias academicamente reconhecidas, ou tem acesso a esses serviços, mas neles não encontra (nem poderia) as respostas para todos os seus problemas. Enquanto *discursos* sobre o homem, as Psicologias alternativas possivelmente se nutrem, também, como já sinalizado, de uma produção conceitual restrita, insuficiente frente à investigação empírica sistemática. Isso é, na ausência de princípios e sistemas explicativos capazes de subsumir uma parcela maior da produção empírica dispersa em um sem número de temáticas e programas de pesquisa, há solo fértil para discursos totalizantes sedutores.

Por essa ótica, consumidores de serviços alternativos não precisam ser encarados necessariamente como adeptos de concepções irracionalistas sobre o homem, mesmo por-

que, quando podem, utilizam o serviço alternativo apenas subsidiariamente aos serviços bem conceituados à luz da ciência. Por outro lado, Psicologias alternativas não passam disso mesmo, não deixam de ser práticas ou produções marginais ao desenvolvimento da disciplina, pois se limitam à promessa de solução dos problemas humanos, sem a isso vincular uma visão coerente e convincente sobre o homem e um suporte empírico que sugira tratar-se mais do que um surto especulativo sobre a vida humana. Nunca chegam a ser vistas por longos períodos como algo que merece mais do que uma visita eventual (como diria William James - cf. James 1907/1996, 1897/1967, para arriscar a verdade).

c) os fazeres psicológicos baseados nas Psicologias academicamente reconhecidas.

Se a Psicologia academicamente reconhecida é aquela que oferece respostas nas áreas conceitual, empírica e aplicada, mas com diferentes alcances em cada uma, e articulações apenas razoáveis entre elas, convém observar que há limites nos fazeres psicológicos nelas amparados.

Nenhuma prática psicológica é inteiramente amparada no desenvolvimento empírico e conceitual de uma abordagem psicológica. Consideradas a diversidade de problemas, contextos de intervenção e procedimentos disponíveis, não se pode afirmar que qualquer ação permanece, a cada momento, estritamente regulada por um conjunto qualquer de preceitos bem estabelecidos. Se juntarmos a isso o fato de que em qualquer abordagem psicológica ainda vivemos um estágio de insuficiente desenvolvimento conceitual, como apontaram Machado et al. (2000), e que a produção empírica só repercute de modo sistemático nas práticas de intervenção com a mediação do desenvolvimento conceitual, temos boas indicações de que mesmo no âmbito das Psicologias mais sólidas a intervenção permanece em alguma medida intuitiva.

Há motivos adicionais para assinalarmos que as práticas psicológicas não podem reger-se exclusivamente amparadas por produções conceituais e empíricas. Como qualquer atividade prática, nossas intervenções envolvem um tipo de conhecimento (implícito, prático, ou modelado por contingências) que não se presta a uma total formalização conceitual. Não é sem motivos, portanto, que cada vez mais discutimos a necessidade de contemplar mais sistematicamente a experiência prática ao aluno em treinamento, único meio de possibilitar a aquisição daquele conhecimento.

Apesar dessa apreciação, as intervenções desenvolvidas no âmbito das Psicologias academicamente reconhecidas diferenciam-se substancialmente daquelas que se desenvolvem à margem desse ambiente. Primeiro, porque são orientadas, pelo menos em uma medida razoável, por supostos que já foram objeto de uma apreciação rigorosa e sistemática. Segundo, porque apenas essas intervenções submetem-se a uma interlocução crítica e a processos científicos de aferição de sua validade (ou eficácia, ou efetividade). Essas duas condições promovem não apenas uma maior probabilidade de solução dos problemas, mas, também, um compromisso ético que falta a outras Psicologias.

d) o desenvolvimento da pesquisa científica na área.

Como os projetos de Psicologia filiam-se com maior intensidade a uma das três áreas que definem o campo psicológico, convivemos com discursos por vezes equivocados sobre a produção de conhecimento psicológico. Há autores, ou abordagens, que elegem a pesquisa empírica como a grande fiadora do desenvolvimento da Psicologia, como se a investigação e produção de dados empíricos ocorresse desvinculada de supostos, preocupações e interesses sociais. É provavelmente essa crença, associada a uma intensa fragmentação da disciplina, que está na base do desequilíbrio apontado por Machado et al. (2000). Mas o desequilíbrio talvez exista também em favor de produções mais reflexivas ou técnicas.

Psicologias menos afeitas aos métodos das ciências, por exemplo, por vezes ignoram, equivocadamente, o requisito de evidências empíricas que possam corrigir ou alavancar seu desenvolvimento conceitual. Como resultado, o impacto de seus modelos explicativos na cultura vai sendo reduzido, e também a expectativa de que delas será possível derivar uma tecnologia psicológica ampla e consistente.

Dentre as Psicologias academicamente reconhecidas, aquelas cujo viés técnico sobressai (por exemplo, modelos de psicoterapia cujos laços com programas de investigação empírica não são tão estreitos) parecem experimentar menor pressão para que se desenvolvam fortemente em outras direções. Em parte, isso talvez decorra da sustentação encontrada por essas Psicologias fora do meio acadêmico, mas elas mesmas serão beneficiadas se agregarem maior investimento em produções conceituais e empíricas.

O desenvolvimento da Psicologia como campo de conhecimento requer a associação da pesquisa empírica e do saber técnico à investigação conceitual sistemática. Como ilustrado pela referência às contribuições dos estudos sociológicos de Elias (e.g., Elias, 1987/1994), é preciso não considerar rígidas e definitivas as fronteiras com outras ciências, especialmente com as ciências históricas, como já salientava Wundt, buscando nessa interlocução não apenas uma descrição mais integrada dos fenômenos humanos, mas o próprio desenvolvimento dos modelos interpretativos psicológicos. Essa interpretação sugere que programas de pesquisa em Psicologia terão maior alcance se buscarem aquela integração, como de fato acontece com os programas disponíveis.

Considerações Finais

Em 1949, o filósofo Gilbert Ryle publicou em seu livro *The Concept of Mind* (Ryle, 1949/1984) uma análise crítica da linguagem mentalista na Psicologia e sugeriu que os objetos de estudo desta disciplina não se diferenciavam, quanto à natureza, daqueles de muitas outras ciências humanas. Ryle também postulava que uma vez afastada do projeto que lhe foi reservado pela filosofia cartesiana, de edificar-se como ciência da mente, complementarmente à física como ciência

da matéria, a Psicologia caminharia para um desenvolvimento menos unitário. Segundo Ryle:

o abandono do sonho da Psicologia como contrapartida da ciência newtoniana... envolve o abandono da noção de que “Psicologia” é o nome de uma investigação ou conjunto de investigações unitário. Assim como “medicina” é o nome de uma associação bastante arbitrária de investigações e técnicas mais ou menos vagamente conectadas, uma associação que não possui, nem precisa de uma declaração de programa logicamente boa, assim “Psicologia” pode ser convenientemente usado para denotar um aliança de investigações e técnicas parcialmente fortuita. Afinal, não apenas o sonho de uma ciência para-newtoniana era derivado de um mito, como, ainda, tratava-se de um mito vazio achar que havia ou haveria uma ciência unitária... do “mundo externo” (p. 323).

Embora a comparação com a medicina possa ser vista como problemática, a observação de Ryle (1949/1984) coloca-nos novamente em contato com determinantes históricos para a conformação contemporânea da Psicologia, incluindo sua falta de unidade teórica ou metodológica. Por outro lado, nos lembra que a Psicologia não é original quanto a isso e, ainda, que seu desenvolvimento em muitas direções pode ser expressão da superação de concepções equivocadas sobre o homem estabelecidas na sua origem. Além disso, os discursos e fazeres dos psicólogos repercutem crenças, desconfianças, interesses, projetos, necessidades e expectativas socialmente enraizadas. O caráter multifacetado da disciplina daí se origina. Reconhecê-lo permite-nos compreender melhor nosso lugar no quadro dos saberes modernos, identificar contradições e desafios e vislumbrar as inúmeras possibilidades reservadas à Psicologia.

Referências

- Comte, A. (1978). Curso de filosofia positiva (J. A. Giannotti, Trad.). In J. A. Giannotti (Org.), *Comte: textos selecionados* (pp. 1-39) São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores. (Texto original publicado em 1830-1842)
- Elias, N. (1994). *A sociedade de indivíduos* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Texto original publicado em 1987)
- Figueiredo, L. C. M. (1986). W. Wundt e alguns impasses da Psicologia: uma proposta de interpretação. *História da Psicologia - Série Cadernos PUC-SP*, 23, 25-49.
- Figueiredo, L. C. M. (1991). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes.
- James, W. (1996). Pragmatism: A new name for some old ways of thinking. In W. James (Org.), *Pragmatism and the meaning of truth* (pp. 1-166). Cambridge: Harvard University Press. (Texto original publicado em 1907)
- James, W. (1967). Desejo de acreditar (J. C. Silva, Trad.). In W. James (Org.), *Pragmatismo e outros ensaios* (pp. 223-274). Rio de Janeiro: Lidor. (Texto original publicado em 1897)
- Machado, A., Lourenço, O., & Silva, F. J. (2000). Facts, concepts, and theories: the shape of psychology's epistemic triangle. *Behavior and Philosophy*, 28, 1-40.
- Penna, A. G. (1990). *Filosofia da mente: introdução ao estudo crítico da Psicologia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Ryle, G. (1984). *The concept of mind*. Chicago: The University of Chicago Press. (Texto original publicado em 1949)

- Thomae, H. (1998). Abordagem social: o surgimento da Psicologia científica como disciplina independente. In J. Brozek & M. Massimi (Orgs.), *Historiografia da Psicologia moderna – versão brasileira* (pp. 375-387) (J. A. Ceschin & P. J. Carvalho da Silva, Trad.). São Paulo: Unimarc/Edições Loyola.
- Tourinho, E. Z. (1993). Individualismo, behaviorismo e história. *Temas em Psicologia*, 2, 1-9.
- Tourinho, E. Z. (1999). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia da SBP*, 7(3), 213-222.
- Tourinho, E. Z. (2001, abril). *A produção de conhecimento em Psicologia: a análise do comportamento*. Trabalho apresentado no I Simpósio O Homem e o Método e II Encontro das Escolas de Psicologia de Belo Horizonte, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Tourinho, E. Z. (2002, maio). *Dialogando com a sociologia de Norbert Elias*. Trabalho apresentado na V Semana Científica do Laboratório de Psicologia Experimental, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará.
- Tourinho, E. Z. & Carvalho Neto, M. B. (1995). As fronteiras entre a Psicologia e as práticas alternativas: algumas considerações. In R. F. Moretzsohn (Org.), *Psicologia no Brasil: direções epistemológicas* (pp. 81-110). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Wundt, W. (1973). *An introduction to psychology*. Nova York: Arno Press. (Texto original publicado em 1911)

Notas

- ¹ Trabalho parcialmente financiado pelo CNPq. Uma versão anterior foi apresentada pelo primeiro autor na I Semana Científica da Universidade da Amazônia, em agosto de 2002.
- ² Segundo Comte (1830-1842/1978), “a única unidade indispensável é a unidade do método, que pode e deve evidentemente existir e já se encontra, na maior parte, estabelecida” (p. 20).
- ³ Segundo Penna (1990), Comte chegava a vislumbrar uma Psicologia científica, mas “para tanto teríamos que operar com um método capaz de nos informar com precisão acerca das condições orgânicas dos fenômenos mentais e, por igual, com um método que nos permitisse a observação direta dos produtos da atividade intelectual e moral” (p. 19).
- ⁴ Aparentemente, Machado et al. (2000) descrevem em especial o cenário norte-americano. Seria o caso de avaliar o quanto a produção latino-americana e particularmente a brasileira sofreriam dos mesmos males de ênfase desproporcional nos estudos empíricos. Do ponto de vista da presente discussão, desequilíbrios em outras direções são também prováveis, embora contem com menor reconhecimento acadêmico (e, portanto, alcancem em menor escala os periódicos reconhecidos na área).

Emmanuel Zagury Tourinho, doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo, é professor adjunto na Universidade Federal do Pará. Endereço para correspondência: Rua Aristides Lobo, 884, ap. 100, Reduto; Belém, Pará; CEP 66.053-020. Fone: (91) 222-6486. Fax: (91) 249-2737. Email: tourinho@amazon.com.br

Marcus Bentes de Carvalho Neto, doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo, é professor adjunto na Universidade Federal do Pará.

Simone Neno é doutoranda em Psicologia/Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade do Pará.